



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 04

Sessão Ordinária

da

Assembleia Municipal

realizada

em

14 de Setembro de 2024



Assembleia Municipal

ACTA N.º 4

-----Aos catorze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Maria José Silva e Luis da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário**, senhor deputado Luis Gomes, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----António Gonçalves Cardoso, Bruno Carlos Soares Ferreira, em substituição de Tyoga Macdonald, João Miguel Gaspar, em substituição de Érica Castanheira, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Miguel Sérgio Carvalho Afonso Fernandes Dias, Luis da Silva Moreira Gomes, Christophe Rodrigues Coimbra, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Maria José das Neves Fernandes Silva, Raul Agostinho Simões Martins, Helena Cristina da Gama Dias, Ivone Inês Almeida Sousa Borges, José da Conceição Luis, em substituição de Mário Jorge Henriques, Bruno Silva Costa, em substituição de Vítor Almeida, António João Lopes, em substituição de Dora Lemos, José Miguel Nunes Duarte Marques, Luis Miguel Abreu Almeida, em substituição de Margarida Figueiredo, Ricardo Manuel do Amaral Pereira, José Miguel Morais Costa Nunes e Áurea Alexandra Dória Vila Nova, em substituição de Bruno Costa.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Tesoureiro da Junta de Freguesia de Arganil, Manuel José Martins Almeida; Tesoureiro da Junta de Freguesia da Benfeita, Ricardo Alexandre Costa; Secretária da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Vítor Manuel Rodrigues Pedroso; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Secretária da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, Ana Margarida Fernandes Marques; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro; e Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho.-----



Assembleia Municipal

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro.-----

-----Teve a palavra o **Primeiro Secretário**, senhora deputada Maria José Silva, para referir que “recebemos, da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, convite para o lançamento oficial do livro “José Dias Coimbra: Um Orgulho Desmedido”, em Julho; da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, convite para a 3ª edição de “Sopas da Minha Aldeia”, em Vinhó, que decorreu em Julho; da CESOP-Local, convite para o VI Seminário Anual CESOP-Local para o Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu em Julho; da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, agradecimento pela presença no lançamento oficial do livro “José Dias Coimbra: Um Orgulho Desmedido”; da AEDREL, divulgação de informação relativa a Curso sobre Contraordenações nas Autarquias Locais, que decorre entre Setembro e Novembro; da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, convite para o centenário da trasladação da Condessa das Canas, que ocorreu em Agosto.”-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Tyoga Macdonald, Mário Jorge Henriques, Ana Maria Santos, Érica Castanheira, Margarida Figueiredo, Rita Marques, Bruno Costa, Vítor Almeida, Afonso Ferreira, Dora Lemos, Presidente da Freguesia de Arganil, Presidente da Freguesia de Benfeita, Presidente da Freguesia de Celavisa, Presidente e Secretário da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz e Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira.-----

PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO

-----Teve a palavra o Senhor **Alfredo Pacheco**, de Aveleira, para referir que “quero, em primeiro lugar, agradecer a gentileza de nos deixarem vir aqui apresentar as nossas questões. O meu nome é Alfredo Pacheco, sou Presidente da Direção da Comissão de Melhoramentos da Aveleira e venho em representação dos Aveleirenses, pedir a intervenção e esclarecimento do Executivo da Câmara sobre os seguintes assuntos: primeiro, pedido “Aldeia Segura Pessoas Seguras”; foi por nós efectuado através da Junta de Freguesia de Arganil, porque temos um projecto elaborado pelo engenheiro Miguel Almeida da ADAI, que pensamos mais facilmente poderia ser financiado pelo MAI, se estivéssemos integrados nas Aldeias Seguras.---

-----O segundo ponto é o arranjo da fossa, que foi pedido há algum tempo, pois encontra-se bastante degradada.-----

-----O terceiro ponto é sobre o depósito de abastecimento de água, que está rachado e com mau aspecto, necessitando de uma rápida intervenção.-----



Assembleia Municipal

-----O quarto ponto, todas as estradas em terra batida da Serra estão em mau estado porque há anos que não são intervencionadas. A última informação que tivemos foi que a niveladora viria no mês de Setembro, já estamos no meio do mês e nada.-----

-----Quinto e último assunto, estrada Lomba-Aveleira, em alguns troços, encontra-se em mau estado e precisa de reparação.-----

-----Sem me querer alongar mais, deixo aqui o desabafo de que sentimos um certo abandono, por parte do Executivo, da parte rural do concelho. É tudo, muito obrigado pela vossa atenção.-----

-----Teve a palavra o Senhor Engenheiro **Luis Filipe Almeida Alves**, oriundo de Cerdeira, para referir que “antes de mais, quero esclarecer os Senhores Deputados que, na reunião de 17 de Fevereiro, a omissão do título de “Presidente” foi deliberada, depois de eu ter sido considerado, por cinco vezes, como “o senhor que acabou de falar”. Do Senhor Presidente da Assembleia Municipal não se ouviu nenhuma observação, pelo que lamento a falta de imparcialidade. Títulos à parte, este ano ocorreram mais dois factos que desejo partilhar com os senhores deputados, já que com o Executivo o diálogo tem sido impossível, o que me faz lembrar um slogan vietnamita que cito, “a ausência de diálogo”. Mais mentiras é igual a ditadura. Neste caso, prepotência e arrogância são os predicados adequados para quem, durante 365 dias, não teve tempo para agendar uma reunião.-----

-----Como introdução ao primeiro dos factos, tenho a informar que foi provado em Tribunal que a implantação da estrada na Quinta Nova, que teve em vista a realização, em 1989, da Ficabeira Lusófona, quando o Senhor Deputado Luís Gomes era vereador e, se não me engano, com funções de Vice-Presidente. Desde essa altura que a zona envolvente foi abandonada pelo poder político e pelos técnicos, como se pode comprovar com o terceiro assentamento da Estrada da Discórdia nos últimos 11 anos. Com solo arenoso e, portanto, pouco consistente, com falta de drenagem adequada, com muros de suporte assentes em elementos rochosos soltos e com asfalto da estrada colocados sem qualquer base de tout-venant, o que aconteceu após as últimas obras de requalificação, era o inevitável. Desta vez, nem ao segundo Inverno resistiu. Estes acontecimentos, agravados pelos longos períodos de espera para as reparações, transformaram uma zona privilegiada com uma excelente exposição solar, numa zona degradada e conseqüentemente desvalorizada. Quero lembrar que esta zona pertence ao espaço central de Arganil, onde o factor de localização é o maior do Concelho, para efeitos de IMI. Para compensar minimamente os danos é obrigatório uma requalificação profunda da zona e até já sugeri uma sessão pública prévia com todos os munícipes interessados, além de serem dadas a conhecer algumas sugestões. Quero salientar que é nesta zona que se situa a APPACDM com utentes com mobilidade reduzida, onde a inexistência de passeios é inqualificável. Mesmo correndo o risco de não obter respostas, várias questões se impõem: para quando a nova requalificação? O



Assembleia Municipal

projectista vai continuar a ser o mesmo? Vai ser feito um estudo geotécnico? Vão rescindir de vez com a empresa construtora? Na execução da obra vai haver fiscalização externa? E, já agora, de quem é a responsabilidade pela nova invasão do meu terreno?-----

-----Quanto ao segundo facto, quero informar que sou proprietário de uma moradia na Cerdeira em que nos logradouros nos anos 70 foram implantados as condutas das águas pluviais e o colector dos esgotos. Como compensação, há um ano, solicitei a isenção da taxa de saneamento e foi-me comunicado com base no Código das Expropriações e num decreto de 1944, que a situação reportada constituía uma servidão administrativa e que a devida compensação, não podia ser feita através da isenção da taxa de saneamento, mas através do pagamento de uma indemnização a determinar. Vem isto a propósito da dualidade de critérios do actual Executivo Camarário, que deveria justificar de vez as razões pelas quais o colector dos esgotos, no subsolo, é uma servidão administrativa e que deve ser indemnizada e que na expropriação de uma estrada, à superfície, e não em túnel, já não haja essa obrigação. Quero lembrar que há mais de 4 anos que o Tribunal Administrativo decidiu o seguinte: *como resulta da prova, a estrada em causa ocupou parte da área do lote dos recorrentes, de acordo com a sua caracterização em planta síntese de loteamento. Há obrigação de indemnizar.* Perante tão eloquente sentença, seria lógico e racional que o Executivo convocasse os dois lesados para, em conjunto, resolverem o problema com décadas. Como já todos sabemos, não foi esta a decisão do Executivo Camarário que até teve de ser obrigado a um incidente de liquidação. Por uma questão de respeito para a Assembleia Municipal, também esta opção deveria ser bem justificada. Dada a ausência de diálogo e como segundo julgo saber o processo ainda não está finalizado, tomo a liberdade de apresentar duas soluções possíveis que passam pela aquisição por compra ou por multa do menor dos lotes ou até dos dois lotes amputados. A compra do menor dos lotes permitiria ao município repor a área do outro lote amputado e com a área sobrança poderia implantar os tais necessários passeios. A compra dos dois lotes amputados permitiria ao município ficar com uma área de terreno suficiente para uma melhor requalificação da zona envolvente e/ou para a construção de um edifício com rendas acessíveis que o pacote mais habitação tanto preconiza. Será este um passo importante para deixarem de mendigar junto do poder central mais condições urbanísticas dignas a preços acessíveis.-----

-----Para finalizar, considero eticamente censurável que o município admita vir a beneficiar do desentendimento processual entre os dois advogados e, porque o direito de propriedade é um direito fundamental, afirmo que continuarei na luta até à exaustão deste Executivo ou do próximo.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Lino Borges Lopes**, de Arganil, para referir que “traz-me a esta Assembleia um assunto que considero de bastante preocupação. Irei tentar nos meus 5 minutos descrever exactamente aquilo que me traz e começaria



Assembleia Municipal

por descrever um incidente que se passou comigo; espero não ser muito chato ao explicá-lo, mas é fundamental para que eu chegue aos fins que esta minha intervenção pretende dar. Em 2 de Dezembro de 2022, eu tive um episódio de saúde que me levou ao Centro de Saúde aqui de Arganil e onde, prontamente, fui muitíssimo bem atendido e o Dr. Bohdan imediatamente me enviou para as urgências do Hospital Central da Universidade de Coimbra, onde fui muitíssimo bem atendido e onde me foi diagnosticado uma tromboembolia bilateral grave com prognóstico reservado, emergência essa onde eu me fiquei durante 24 horas, depois fui passado por um serviço intermédio e de seguida fui para uma enfermaria de medicina interna. Ao longo das primeiras 24 horas que me encontrei na urgência, tive a oportunidade de ver a dificuldade com que aqueles médicos e enfermeiros se debatiam para conseguir transferir para os restantes serviços os doentes que necessitavam de internamento e não haver vagas nesses serviços para que essas pessoas fossem transferidas e dar lugar, e melhores cuidados, a outras urgências que iam entrando. Eu estive 14 dias nessa enfermaria e tive a oportunidade de me aperceber, e de ser informado, que 40% dos pacientes que se encontravam naquele serviço poderiam estar numa Unidade de Cuidados Continuados ou Cuidados Paliativos. O que acontecia é que não havia lugar para onde os enviar. Então imagine-se a dificuldade que toda aquela gente, que tenho que referir que fazem um trabalho meritoríssimo e muitas vezes muito maltratados, não só pelo próprio Estado, mas sobretudo pelos próprios utentes que muitas vezes são tremendamente desagradáveis e com atitudes insultuosas àqueles médicos que fazem o que podem e muitas vezes o que provavelmente não poderiam, para dar seguimento àquele cuidado. Ora bem, dito isto, eu gostaria de referir que em notícia publicada no site de Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em 26 de Janeiro de 2022, uma comitiva composta por candidatos a deputados à Assembleia da República do PSD, acompanhados pelo seu presidente, o nosso presidente Luis Paulo Costa, presidente da Câmara Principal de Arganil, e tendo como pano de fundo a necessidade de desenvolvimento da oferta no âmbito de rede nacional de cuidados paliativos, recebidos pelo digníssimo provedor à época da Santa Casa, o senhor professor José Dias Coimbra, deu conta das dificuldades que o sector social atravessa, mas igualmente da importância do projecto para melhoria das respostas no campo da saúde da região. O Dr. Luís Paulo Costa, ilustre Presidente da Câmara, referiu que a Assembleia da República não pode sufragar e aprovar o acesso à eutanásia e ao mesmo tempo deixar de fora o esforço dos cuidados paliativos, sem os quais não poderão ser asseguradas todas as condições de escolha dos cidadãos em situação de vida extrema. Ora bem, em 17 de Dezembro de 2022, foi inaugurado provisoriamente o Hospital Condessa das Canas; hospital esse que, até à data de hoje, continua encerrado. Dir-me-ão os senhores, que isto não tem nada a ver convosco, o hospital é da Santa Casa da Misericórdia. Meus senhores, eu presumo que pela intenção de serviço social, aquele equipamento não é só da Santa Casa da Misericórdia, é de todos os utentes, de todos os habitantes, de todos os municípios



Assembleia Municipal

desta edilidade. Parece-me grave que há pouco menos de dois anos o edifício se encontre com um aspecto exterior degradadíssimo, como poderão ter a oportunidade de ver, nem as janelas que neste momento estão a servir de casa de banho de pombos e outras aves voadoras, são cuidadas. Aqueles elevadores panorâmicos que estão instalados no edifício que devem ter custado uma fortuna, com a humidade que existe em Arganil, dentro em breve, para fazer a sua manutenção, para os voltar a pôr a trabalhar, deve custar uma fábula de dinheiro. Meus senhores, isto não se trata de uma questão política, trata-se sim de juntar forças entre todas as forças políticas e a própria comunidade arganilense a lutar para que algo seja feito daquele edifício que mais parece um elefante branco. Eu imagino as voltas que a Condessa das Canas não dará na sua tumba na Igreja Matriz, ao ver ali o seu busto voltado de frente para um “elefante branco”. Eu tive há cerca de três semanas a informação de forma algo jubilosa de que haveria dois grupos privados que iriam fazer uma proposta para a utilização daquele equipamento. Meus senhores, então vamos continuar no mesmo, vai tudo para os privados, já imaginaram o número de membros desta comunidade arganilense de todo o Concelho, eu gostaria de saber quem terá seguros de saúde ou poder financeiro, para poder ser tratado numa unidade de medicina privada aqui nesta edilidade. E gostaria de saber também se então passaremos a ser casa de visita e de residência de eventualmente estrangeiros que vêm para aqui reformar-se e os nossos munícipes continuarão a ter as mesmas dificuldades, os nossos hospitais continuarão a ter as mesmas dificuldades porque não conseguem deslocar ou transferir os pacientes que já lá só estão à espera de morrer, como foi o caso de uma das pessoas que estava no mesmo quarto em que eu estive internado, que dois dias após a minha saída, antes de eu ter alta, faleceu.-----

-----Queria então terminar muito rapidamente dizendo que, por favor, juntem forças a Câmara, a Santa Casa da Misericórdia, a comunidade, vá-se à Assembleia. Eu, apesar da minha dificuldade de mobilidade, vou também convosco, não se trata de uma questão política, trata-se sim, de uma questão de saúde pública neste município. Muito obrigado. “-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para referir que “antes de passar a palavra aos senhores deputados e ao Senhor Presidente, das três intervenções que aqui foram colocadas quer a do Sr. Alfredo Pacheco, quer a do Sr. Lino Borges, são pertinentes e estão correctas, e ainda bem que trazem estes assuntos à Assembleia. Quanto ao Sr. Eng^o Luís Alves, gostaria de dizer o seguinte; esta Câmara sempre informou com verdade e não com mentiras. Isso foi testemunhado por todas as pessoas que estão aqui presentes ou os deputados da altura. Por isso, repudio a insinuação de ditadura. Segunda questão, vem aqui com situações que se arrastam por aquilo que disse, há dezenas de anos, já deviam estar dirimidas e concluídas. Quanto a vir a esta Câmara e ao pedido de reuniões, veio aqui pedir esclarecimentos, foram-lhe dados. Se entendia que não eram suficientes,



Assembleia Municipal

podia requerer novamente a sua presença na Assembleia, como está a fazer hoje, e pedir novos esclarecimentos para o esclarecimento da verdade. Portanto, mais uma vez lhe digo, temos de ter um bocadinho de bom comportamento, respeito e educação quando tratamos dos assuntos aqui dentro, e não fazer insinuações que não correspondem com a verdade.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “relativamente às intervenções que aqui foram suscitadas, eu confesso relativamente aquilo que tem a ver com a intervenção do Senhor Alfredo, que não lhe consigo dar um ponto de situação portanto, aquilo a que me comprometo, é fazer um ponto de situação junto dos serviços e entretanto transmitir-lhe uma resposta relativamente ao planeamento destas intervenções. Lembro-me particularmente da questão do objectivo e da pretensão das Aldeias Seguras Pessoas Seguras, desde logo pela visita que o Ministro da Administração Interna de então fez à povoação de Travessas e percebeu qual era a lógica de funcionamento daquele sistema e se disponibilizou para ampliar aquele tipo de resposta, mas independentemente desses pormenores, farei um ponto de situação e transmitiremos entretanto essa informação.”-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Luís Filipe Alves, na realidade eu dividiria esta intervenção em duas partes. A primeira parte é aquela que não surpreende, aliás, a única coisa que pode ser uma surpresa é que eu estava à espera quando falou do lote, que ia oferecer o lote à Câmara, mas não, disponibilizou-se para o vender. E, portanto, essa será a grande surpresa da intervenção que aqui nos deixa hoje. Relativamente à questão das condutas e das servidões administrativas, eu devo aqui dizer, e o senhor aí fez o relato objectivo da circunstância, que eu não sabia que era tão antiga, mas que virá desde os anos 70, pelo que afirma, e pretendia uma solução como se a Câmara gerisse um grupo de amigos. Não é assim que as coisas funcionam, felizmente, nas entidades públicas e, portanto, os cidadãos têm direitos e têm obrigações. Neste caso, tem um prejuízo resultante de uma servidão administrativa. Se não foi indemnizado à época, tem direito a ser indemnizado. Ponto. É muito claro, é o que está na lei e é assim que as coisas devem ser tratadas, não é num exercício de um conjunto de amigos que resolvem atempadamente ou a seu tempo compensar de uma forma aleatória e à margem daquilo que são os preceitos legais e de uma forma discricionária. Não é assim que as coisas funcionam. Relativamente a esse assunto, a avaliação desta servidão administrativa foi remetida para o perito que é responsável por a fazer, logo que a faça e a apresente, o senhor certamente será indemnizado porque há uma coisa que esta autarquia faz, a autarquia honra religiosamente os seus compromissos, agora não desrespeita particularmente aquilo que são decisões judiciais e o senhor sabe perfeitamente qual é que é a decisão judicial relativamente à Quinta Nova.”-----

-----Sobre a intervenção do Senhor Lino Lopes, quero aproveitar primeiro para agradecer as suas palavras, ao relembrar a intervenção que em tempos fiz sobre a



Assembleia Municipal

rede nacional de cuidados paliativos; aquilo que eu disse relativamente aos Cuidados Paliativos, eu diria que é do mais óbvio que existe, não é preciso ser particularmente entendido na área da Saúde, para perceber que felizmente a esperança média de vida a aumentar traz um conjunto de problemas de saúde que também surgem com a idade, há a prevalência de um conjunto de doenças que os indicadores da Organização Mundial de Saúde apontam para percentagens preocupantes, como é o caso das doenças cancerígenas e de haver uma expectativa de, se a memória não me falha, até 2050 ou 2060, de termos metade da população a confrontar-se com esse tipo de problema e a questão dos Cuidados Paliativos é uma resposta que me parece óbvia e que naturalmente o Estado Central, o Governo tem que acautelar. Sobre esta matéria, aquilo que considerava, como considero ainda hoje, que seria uma boa solução para aquele equipamento, há, contudo, um aspecto e aqui sim é algo que é estritamente técnico e temos pessoas da área aqui nesta Assembleia que eventualmente até podem clarificar acerca desta matéria, mas aquilo que me disseram quando intervim no sentido da magistratura que me foi conferida a favor desta unidade, aquilo que me foi esclarecido é que até agora todas as unidades de cuidados paliativos estão na proximidade de um hospital central por questões relacionadas com aquilo que são as características medicamentosas, aquilo que tem a ver efectivamente com uma exigência técnica e profissional muito apurada, que está relacionada com os cuidados paliativos. Haverá aqui, por aquilo que me foi explicado em tempos e na sequência dessa magistratura da influência, haverá aqui uma situação que, das duas uma, ou o Governo, reconhecendo que efectivamente não está a dar resposta a milhares de pessoas em situação dramática e que necessitam e merecem ter esta resposta ao nível de cuidados paliativos, e havendo este diagnóstico, que é fácil, encontra uma solução que permita que estas unidades estejam efectivamente afastadas fora da proximidade dos hospitais centrais e o nosso caso, como sabem, são os hospitais ainda conhecidos como da Universidade de Coimbra, neste caso do IPO, ou então o Estado vai ter que multiplicar de uma forma significativa a resposta de paliativos que dá junto a estes hospitais centrais. Se me perguntar a minha opinião, eu acho que essa resposta junto dos hospitais centrais, que hoje é insuficiente, não vai ser possível de multiplicar para aquilo que vai ser a necessidade do país. Parece-me manifestamente óbvio que a descentralização desta resposta se vai colocar de uma forma premente, em cima da mesa. Portanto, há ciências na vida que são muito difíceis de prever. Felizmente a demografia e aquilo que decorre com a esperança média de vida e aquilo que são as expectativas sobre o desfecho que estas doenças implicam também é relativamente previsível. Portanto, o horizonte futuro nesta matéria é mais crítico e mais preocupante do que aquilo que temos actualmente e que já não é bom. Isto em relação à opinião que expressei atempadamente e oportunamente sobre uma possível utilização e rentabilização daquele equipamento. Contudo, também devo dizer que nós não estamos aqui num exercício de vontades. Objectivamente, há aqui decisões, aqui não, noutros fóruns, decisões que são



Assembleia Municipal

claramente alçadas do Ministério da Saúde e, portanto, os problemas que veio aqui trazer, nós pouco mais podemos ser do que portadores deles, reconhecendo e percebendo o sentido da sua intervenção, mas estamos a falar claramente de matérias que estão fora da alçada dos municípios. Muito obrigado.”-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “peço a palavra neste periodo antes da ordem do dia, para fazer referência nesta Assembleia à realização de dois dos mais importantes eventos que ocorrem no nosso território:---

-----O primeiro é A Noite Branca de Arganil. Que noite. Que evento este.-----

-----Se as edições anteriores já tinham ficado na memória de todos os que as vivenciaram, esta não foi excepção. Aliás, esta serviu mesmo para continuar o processo de elevação e afirmação de um evento singular na região. Uso propositadamente o termo região, porque decorre em Arganil, É pensado e executado por Arganil, Mas é já um evento em que o usufruto se generalizou bem além dos limites do nosso concelho.-----

-----Quando partimos para algo com a fasquia elevada, o que todos desejamos é que saibamos pelo menos manter essa fasquia. A noite de 30 de Agosto mostrou que a imaginação ainda não se esgotou na mente de quem idealiza este evento e nele continuaram a surgir múltiplas atracções que fizeram com que todos os presentes estivessem num clima de constante ocupação, alegria, ânimo e entusiasmo. Este evento faz-nos circular pelas diversas artérias da vila, sempre com olhar atento, sempre a focar a próxima atracção, a próxima actividade, o próximo concerto. Pelo meio vamos cumprimentando as pessoas das nossas mais diversas lides e o que vimos e o que conseguimos sentir, são pessoas felizes e divertidas. Comemos, bebemos, dançamos, rimos, saltamos, falamos. Em resumo, sentimo-nos vivos. É realmente uma noite com uma aura especial.-----

-----Com a Vila decorada a preceito, com o envolvimento e colaboração do comércio local e dos moradores das diversas ruas e bairros que a noite branca ocupa, e com um cartaz repleto de actividades, capaz de agradar a todos, a inclusão é total e o negro da noite é vencido pelas cores brancas até o branco do dia se avizinhar.-----

-----A rua da brincadeira, a rua das tradições. Inovações desta edição da noite branca, que contribuíram para que as pessoas das faixas etárias mais dos extremos se sentissem verdadeiramente parte integrada deste evento. Divertir os mais novos, e recordar as tradições dos nossos mais antigos. Palmas a isso.-----

-----Num evento deste género, é tarefa quase impossível quantificar o número de pessoas presentes. Admito obviamente que, como a grande maioria dos seres humanos, possa ser tendencioso ao falar de algo que me agrada particularmente,



Assembleia Municipal

mas, não me parece estar a exagerar se disser que tivemos este ano a edição mais participada de sempre da noite branca de Arganil. Arrisco-me a dizer ainda, que teremos tido uma das maiores enchentes de sempre para um evento de um só dia em Arganil.-----

-----Ao Município de Arganil, por organizar este evento e pelo sucesso inequívoco do mesmo, os meu Parabéns. Que mantenham sempre este carácter de constante inovação pois esse é seguramente um garante de sucesso futuro. Por tudo isso, fico a aguardar de forma expectante a edição de 2025. Pelo evento em si e também para perceber que veste branca irá usar na próxima edição o colega Deputado Luís Gomes.-----

-----O segundo evento é a 41ª edição da Ficabeira e Feira do Mont'Alto.-----

-----Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. Muda-se o ser, muda-se a confiança: Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades. Poema de *Luís Vaz de Camões*.-----

-----Se há qualidade que um líder tem necessariamente de possuir, é a capacidade de ser crítico do seu próprio trabalho. De olhar para as suas decisões e sem falsas modéstias ou interesses terceiros, perceber se lhe agrada o que se faz e os resultados que se obtêm.-----

-----A FICABEIRA e Feira do Mont'Alto são o marco principal das festas promovidas no nosso Concelho. É-o assim há muitas décadas. Sê-lo-á assim por muitas décadas. É esta a vontade de todos nós, certamente. Temos muito orgulho no nosso passado. Temos muito respeito pelo que foi feito pelos nossos antepassados. Por esse orgulho e por esse respeito, impera a necessidade de continuar a criar perspectivas de futuro para a nossa FICABEIRA. E qual é a melhor forma de o fazer? Na minha opinião, nunca a tornando monótona ou estagnada.-----

-----Em 2006 a FICABEIRA recebeu uma verdadeira transformação ao descer ao Parque Urbano do Sub-Paço. Recebeu sangue novo e revitalizou-se.-----

-----Em 2024, percebo, pelas alterações promovidas no cartaz, no recinto e na orgânica do evento, que uma nova dinâmica se implementou. Tal, faz-me achar que os nossos líderes, entenderam que no custo/benefício deste tão importante evento, algo necessitava de mudar. E mudou. O que é que acho sobre isso? O seguinte:-----

-----Respeito a história de todo e qualquer evento. Respeito os usos, costumes e tradições que lhes deram origem. Não vivo exclusivamente agarrado ao passado. Inovar e adaptar são palavras que considero que fazem parte da evolução e em momento algum são sinónimo de falta de respeito pelo que foi feito até então.-----

-----Hoje este tipo de eventos ocupa um espaço bem diferente na escala de necessidades de todos Nós. Não vimos nestes eventos uma solução para procurar fornecer as necessidades dos nossos lares. Vimos sim, momentos de confraternização e de diversão. Encontrar amigos, disfrutar de bons concertos, de boa comida e bebida. Hoje, os gastos que estamos disponíveis para fazer num evento deste género é quase exclusivamente dedicado a isso mesmo. É-o assim comigo e sê-lo-á assim com a maioria.-----



Assembleia Municipal

-----Nesta FICABEIRA pudemos usufruir de um espaço renovado, bem dimensionado e funcionalmente muito melhorado para servir a gastronomia. Proporcionando soluções para todos os gostos. Almoçar, jantar ou fazer qualquer outra refeição na nossa feira ficou sem dúvida mais fácil e interessante. Foi além disso um local onde algumas das associações do nosso concelho puderam reforçar de forma muito significativa o seu orçamento anual. Com conhecimento de causa, reforço, muito significativa mesmo.-----

-----Os concertos beneficiaram de um espaço que permitiu salvaguardar que independentemente da condição climatérica que se fizesse sentir, as condições necessárias para artistas e espectadores não faltariam.-----

-----O cartaz, mantendo-se suficientemente diversificado, contou com nomes sonantes do panorama musical nacional, e foi bastante melhorado no que à animação mais tardia diz respeito, contando com dois dos mais reputados DJ nacionais.-----

-----Os expositores interessados, mantiveram ao seu dispor os habituais stands para exporem os seus produtos e serviços. Os preços praticados? Não conhecendo totalmente o tarifário da FICABEIRA, apraz-me dizer o seguinte: considero importante que se pratiquem tarifas que beneficiem os contribuintes do nosso concelho. Considero importante que se envolvam, as nossas freguesias e o associativismo local com isenção de custos ou tarifas simbólicas, promovendo o nosso artesanato, a nossa gastronomia, a nossa cultura, a nossa identidade. Todos os restantes agentes económicos, devem pagar o justo valor. A subsidiação da presença a troco de um grande número de expositores é a meu ver uma medida falaciosa e de somenos interesse.-----

-----A meu ver, um evento é tanto mais interessante e tanto mais capaz de se vender a qualquer agente económico, quanto maior for o número de potenciais compradores que nele compareçam. Mais que subsidiar a presença de uma empresa num evento deste género, a estratégia tem que ser a de tornar o evento mais atractivo ao público em massa, para que nele se disputem os lugares disponíveis para promover negócio. De que me vale pagar pouco para expor a minha empresa se os meus potenciais clientes são poucos? Será sempre mais vantajoso pagar algo mais se dispuser de muito mais potenciais compradores. A um empresário, mais que aquilo que paga, importa quanto ganha sobre aquilo que gasta.-----

-----Admitindo que todos os processos estão naturalmente sujeitos a melhorias, aceito que se diga que há melhorias a promover. Layout, cartaz, número de stands, etc. Tudo é discutível e só da promoção da melhoria contínua sairá um evento melhor a cada ano. Indiscutível será que, para perceber o sucesso ou não das medidas implementadas, saber se trouxemos ou não mais gente à nossa FICABEIRA. No final, como em quase tudo, o que conta são as pessoas. A esse propósito, Senhor Presidente, Dr. Luís Paulo Costa, questiono se a Câmara Municipal de Arganil já dispõe de valores que permitam comparar o número de pessoas presentes na edição deste ano face à edição de 2023? A mim, parece-me



Assembleia Municipal

evidente que a feira cresceu de forma significativa em número de visitantes. Penso não estar errado. Se assim foi, e por mais que a poesia da desgraça, das redes sociais, se apresse a ditar o fim da FICABEIRA, nada há a temer. Um evento em renovação e em crescente participação são as melhores premissas e a necessária base para o futuro da nossa FICABEIRA.-----

-----Para terminar, permitam-me apenas que felicite os cidadãos, as empresas e as colectividades agraciadas pelo Município de Arganil na comemoração do feriado Municipal. Felicito também o Vespa Clube Serra do Açor pela organização do seu já famoso “Atreve-te”, este ano na sua versão red edition, e o Clube BTT Serra do Açor por mais uma edição do Tour do Piódão. Eventos realizados no decorrer na FICABEIRA que também contribuíram para o seu engrandecimento. A todos os envolvidos os meus Parabéns. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Dias** para referir que “em primeiro lugar, queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara qual é o ponto de situação do Regulamento de Benefícios Públicos para os Bombeiros, saber como é que está.-

-----Em segundo lugar, confesso que fui agora surpreendido com uma visão do deputado Christophe Coimbra, não estava à espera que ele tivesse essa opinião e ainda estava a elaborar aqui o raciocínio. Não posso concordar de maneira nenhuma com o que ele diz sobre os preços excessivos para os empresários locais. Porque no fundo é destes empresários e é das empresas que qualquer localidade vive. Portanto, eles têm de ser apoiados, têm de ser acarinhados, têm de ser expostos e tem de se ajudá-los a trazer riqueza ao nosso concelho.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “recentemente, o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou os dados referentes ao rendimento líquido por concelho, com base nos valores medianos por pessoa em 2022.-----

-----Esses dados revelam que o rendimento mediano líquido por pessoa foi de 10.679 euros, representando um aumento de 5,4% em relação ao ano anterior.----- No entanto, o concelho de Arganil apresenta um rendimento mediano de apenas 9.640 euros, situando-se abaixo da média nacional. Entre os concelhos da CIM Região de Coimbra, Arganil ocupa o penúltimo lugar, o que evidencia o imenso trabalho por fazer.-----

-----Isto reflecte a ausência de medidas eficazes por parte dos sucessivos Executivos Municipais, liderados pelo PSD, ao longo de décadas.----- Pergunto ao Senhor Presidente se já teve a oportunidade de analisar estes dados e se reconhece o claro insucesso na implementação de políticas que promovam um aumento do rendimento das nossas populações e, conseqüentemente, uma melhoria na sua qualidade de vida.-----

-----Esta semana foi amplamente noticiado na imprensa o anúncio de diversos investimentos na região de Coimbra, no âmbito da candidatura “Centro +Invest:



Assembleia Municipal

Rede Urbana Intra-Regional para a Atração de Empresas Intensivas em Conhecimento e Novos Residentes”. A candidatura foi aprovada com um apoio financeiro de 5,8 milhões de euros, destinados não só a investimentos físicos para reforçar a oferta de espaços de acolhimento empresarial, como também à implementação de programas de inovação, qualificação de recursos humanos e empreendedorismo.-----

-----É de notar que concelhos como Penacova e Oliveira do Hospital fazem parte deste consórcio, enquanto o concelho de Arganil, curiosamente, não está envolvido. Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente se considera que Arganil não necessita de atrair novas empresas e projectos de inovação. O que temos observado até agora é que a nova zona industrial permanece inalterada, sem a instalação de qualquer empresa.-----

-----Relativamente ao Projecto Mais Habitação, tenho vindo a questionar o Senhor Presidente sobre o estado de implementação do mesmo, uma vez que consideramos urgente aumentar a oferta habitacional em Arganil. Aproveito para reiterar a pergunta: em que fase se encontra este projecto e quando é que poderemos ver ações concretas no terreno?-----

-----A Entidade Gestora da Rede Pública de Carregamento (MOBI.E) lançou recentemente um concurso internacional para a instalação de 156 postos de carregamento de veículos eléctricos em 62 municípios, como parte do projecto "Ruas Eléctricas". Esta iniciativa, com um orçamento de dois milhões de euros, tem como objectivo equipar áreas urbanas, especialmente onde não existe estacionamento privado, com postos de carregamento de 22 kW e duas tomadas.-----
Surpreendentemente, Arganil não está entre os municípios contemplados. Pergunto ao Sr. Presidente: por que razão Arganil não faz parte desta lista, especialmente num momento em que a transição energética é tão crucial?-----

-----Para finalizar, gostaria de destacar o desfecho recente relacionado à rotunda central de Arganil. Foi, no mínimo, caricato o que se passou com as mudanças na rotunda: a remoção do icónico 4L, a colocação de bidons — que, inclusive, foi motivo de destaque negativo num programa de televisão da Sic Radical — e, subitamente, o regresso do 4L. Agora, finalmente, parece que chegámos a uma solução definitiva.---
Este episódio poderia ter sido evitado se o Executivo fosse mais favorável à participação dos munícipes e desta Assembleia em decisões importantes. Este seria um óptimo exemplo de tema para um orçamento participativo, onde todos pudessem contribuir com ideias e chegar a um consenso. O dever do Executivo Municipal é envolver os cidadãos nas decisões políticas do concelho, algo que, lamentavelmente, tem faltado ao longo dos anos.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Raul Martins** para referir que “há pouco menos de um mês atrás, concretamente no dia 19 de Agosto, Arganil foi palco de uma das três etapas de La Vuelta 2024 realizadas em Portugal.-----



Assembleia Municipal

-----Por esse motivo, o nome de Arganil, o seu território e as suas potencialidades foram divulgados pela comunicação social a nível nacional, destacando-se naturalmente as imagens televisivas, mas também a nível internacional, na medida em que essas transmissões foram difundidas por 190 países.-----

-----Sendo uma das três grandes voltas do calendário mundial, juntamente com a Volta a França e o Giro d'Itália, penso que é correcto afirmar que foi realmente uma excelente oportunidade, e até mesmo um privilégio, ter assistido à passagem do evento e da elite do ciclismo mundial pelo concelho e pela vila de Arganil, mas também por Secarias, Coja e Vila Cova de Alva.-----

-----Tendo esta passagem por Arganil ocorrido com naturalidade, não se pense que é uma situação vulgar. Aliás, basta recordar que foi apenas a segunda vez que a Volta a Espanha em Bicicleta iniciou em Portugal, tendo a primeira ocorrido, como se sabe, no âmbito da Expo 98.-----

-----Depois dos sucessivos êxitos que têm derivado das 14 edições da Maratona BTT de Arganil, também esta oportuna passagem de La Vuelta 2024 deixa um impacto tangível imediato inegável para Arganil que resulta do aumento significativo dos visitantes nos dias da prova.-----

-----Mas deixa também um legado intangível relacionado com o imaginário e uma certa utopia e visão estratégica de valorização das potencialidades do território e das pessoas de Arganil, assim como contribui para uma mudança de comportamentos no sentido de uma mobilidade mais suave.-----

-----E, por conseguinte, este destaque parece-me bem merecido.-----
Uma outra nota que gostaria de deixar prende-se com o extraordinário desempenho, traduzido na obtenção de uma medalha de ouro, nos recentes Jogos Paraolímpicos de Paris, por parte da atleta Cristina Gonçalves, oriunda, como sabemos, de Porto Castanheiro.-----

-----Cristina Gonçalves tem um percurso a todos os títulos notável, na medida em que participou pela sexta vez em Jogos Paraolímpicos e obteve a sua quarta medalha. Trata-se, sem quaisquer reservas, de um feito que a todos deve encher de admiração e também servir de inspiração no caminho diário de superação das adversidades pessoais.-----

-----A obtenção destes extraordinários resultados nos Jogos Paraolímpicos, tal como também aconteceram alguns nos Jogos Olímpicos, não nos deve deixar criar a ilusão de que tudo está bem no desporto de alto rendimento.-----

-----Aliás, saudando o aumento de 20% no financiamento para este actual ciclo Olímpico anunciado há poucos dias pelo Sr. Primeiro-Ministro, importaria visitar o papel e as atribuições do COP – Comité Olímpico de Portugal, na responsabilidade exclusiva pela direção e gestão do Programa de Preparação Olímpica, incluindo naturalmente a centralização do financiamento público, que vigora desde 2005. Também o modelo de criação dos Centros de Alto Rendimento e os apoios aos clubes e atletas, durante e após a carreira de alto rendimento, regulamentado nomeadamente pelo DL 272/2009, de 1 de Outubro, mereceria uma reavaliação.-----



Assembleia Municipal

-----Por conseguinte, perante este quadro, os resultados obtidos pelos atletas Olímpicos e Paraolímpicos e, concretamente por Cristina Gonçalves, devem-nos ser merecedores dos maiores encómios e admiração, o que, aliás, ficou bem patente nas recentes declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Dr. Luís Paulo Costa.-----

-----Arganil apresenta-se, com estas iniciativas e resultados, sem dúvida, bem alinhada com os princípios do desenvolvimento desportivo e com o que daqui resulta em termos de evolução, quer a nível pessoal quer a nível social. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Helena Dias** para dizer que “eu gostava de questionar o Senhor Presidente da Câmara e este Executivo, relativamente ao ponto de situação em que está a deliberação tomada nesta Assembleia, por maioria, bem esclarecedora aliás, relativamente ao serviço de transmissões online das sessões da Assembleia Municipal. É um serviço relativamente fácil de implementar, não precisa de estudos prévios nem de projectos e, portanto, eu gostava de saber em que pé é que está essa implementação, sendo que este Executivo se gaba de tanto trabalho feito, não acredito que tenha qualquer problema em avançar com a avaliação dos municípios relativamente a esta matéria. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **António João Lopes** para referir que “em princípio, solicito ao Senhor Presidente da Assembleia que me indique qual é o documento oficial que permite atribuir apenas 7 minutos de intervenção na Assembleia Municipal, dado que eu só conheço um que permite que a Assembleia Municipal tenha uma validade de quatro dias, isto é, pode-se prolongar por quatro dias. Não há razão para fazer com que um elemento da Assembleia tenha apenas sete minutos.-----

-----Outro assunto que eu acho interessante debater para Arganil é a criação de uma actividade de desenvolvimento agrícola, como foi noticiado há relativamente pouco tempo nos jornais, em Arouca. Arouca é um conselho do distrito de Aveiro que tem um programa de desenvolvimento com os agricultores. No concelho de Arganil não se produz abóboras, couves, nabos, brócolos, vêm todos de Coimbra. E para chegarem a Coimbra, se calhar, vêm do Ribatejo. Ora, Arganil tem as condições naturais mais excelentes para produzir tudo relativo à agricultura. Tem água, tem terrenos inaproveitados, tem sol em condições, pode produzir energia com os aerogeradores, pode deslocar a água do rio Alva para as montanhas onde pode produzir agricultura; se formos pela Europa fora, lembro-vos que montanhas como esta estão cheias de actividades agrícolas. E a verdade é que há um grande trânsito de produtos agrícolas para a Europa. Isto é, podemos vender na Europa produtos produzidos aqui e com maior actividade e com pouco investimento. Ao contrário do que foi feito relativo à indústria, parece que ninguém estudou Marx. Nos seus documentos ele dizia que as actividades deviam ser de acordo com as características naturais da região. Ora, nós não temos nada relativo à indústria. Até



Assembleia Municipal

perdemos os postos de trabalho cerâmicos, que havia em Arganil, que havia em Côja e por aí adiante. Logo, ir para a indústria é um erro completo e a verdade é que o Parque Industrial vai estar ali séculos, se calhar, até encontrar utilizadores. Por isso, eu proponho que o município desenvolva, com o Instituto Superior Agrário de Coimbra, programas de desenvolvimento agrícola fazendo os investimentos convenientes.-----

-----Relativamente ao rebanho que temos em experimentação, solicito ao Senhor Presidente da Assembleia que me faculte os itens que vão permitir saber se é vantajoso ou desvantajoso, porque tudo me indica que com facilidade somos capazes de encontrar itens negativos como itens positivos; a verdade é que há 90 anos toda esta serra era coberta de rebanhos e esses pastores estão agora a servir bicas em Lisboa ou em pastelarias porque é muito mais rendoso. Logo, nós temos de transformar o que temos aqui em riqueza local e nacional. Eu proponho que o rebanho que veio para os Cepos, dado que não houve nenhum investimento da parte do município, seja feito um investimento em equipamento de ordenha, em tratamento de terrenos, em plantações de produtos para a sua alimentação. Caso contrário, iremos ter rebanhos como aconteceram os de há 80 ou 70 anos, que acabaram completamente. Há sempre condições naturais que permitem que se esqueçam dessas actividades.-----

-----Outro assunto de que eu quero falar é que na ordem de trabalhos de hoje temos uma proposta para propor Pombeiro a vila. Ora, eu acho que a proposta de trabalho devia ter sido inicialmente aprovada porque eu pretendo acrescentar a essa proposta que sejam consideradas vilas todas as sedes de freguesia do município. Porque, na realidade, houve umas que tiveram forais à ene séculos, outras têm realidades agora no século XXI. No entanto, o município devia debater de forma a que estas novas vilas tivessem multibancos, tivessem condições de comércio normais, tivessem centros para idosos e tivessem saúde em condições e escola. Eu lembrava que o Barril já teve, não sei se continua a funcionar, um centro de produção agrícola para o centro de idosos. Acho que isso devia ser divulgado a todas as freguesias. Muito obrigado. Por agora fico por aqui.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que “em relação aos 7 minutos remeto para o Regimento que foi aqui aprovado por todos nós; esse é o documento pelo qual se deve reger. Muito obrigado. Já tem a informação, ele foi aprovado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Nunes** para dizer que “gostaria de cumprimentar todos os presidentes na figura do Senhor Presidente e, apesar de não estar aqui presente, gostaria de parabenizar a corajosa entrevista dada pelo senhor deputado Vitor Almeida há dias, à SIC notícias, estando certo que a forma como defendeu o bom serviço de primeira linha de socorro e o uso dos helicópteros para situações mais graves, mesmo que fragilizando a actual senhora Ministra da



Assembleia Municipal

Saúde, mas que beneficiam de todo o interior com baixa densidade populacional longe dos grandes centros urbanos da qual Arganil faz parte.-----
-----Posto isto, gostaria de ouvir da parte do Senhor Presidente aquilo que se passou relativamente ao cancelamento do Rali de Arganil, capital do Rali. Isto porque foi, e fazendo já aqui uma declaração de interesses enquanto aficionado da modalidade, tenho a lamentar o cancelamento do mesmo. Isto porque nem só de provas do Mundial de Ralis vive a modalidade, mas também porque o bom nome e a credibilidade do município de Arganil foi aqui posto em causa por dois motivos. Primeiro, porque se dá a entender que houve um volte-face na decisão da Câmara Municipal da Arganil e passo a citar o comunicado do Club Automóvel do Centro em que diz que “foi cancelado pelo facto do município nos ter comunicado a indisponibilidade financeira de concretizar o apoio acordado”. Segundo: porque na nota de imprensa do Clube Automóvel do Centro, onde é partilhada a fita do tempo dos acontecimentos, é dito que o projecto do Rali de Arganil é comunicado à Câmara Municipal de Arganil em Janeiro de 2024. Houve nesses meses subsequentes várias reuniões a negociar e a rever o valor suportado pela Câmara Municipal de Arganil, tendo ficado acertado numa reunião a 4 de Março que a Câmara Municipal de Arganil suportaria um valor final de 40 mil euros. Posteriormente a tudo isso, a 22 de Julho, ou seja, mais de meio ano de contacto e apenas a dois meses do rali, é que a Câmara comunica ao Clube Automóvel do Centro a indisponibilidade para avançar com o valor acordado. Perante isto, mediante estas notícias e este comunicado, gostaria de ouvir a versão da Câmara Municipal de Arganil, porque parece-nos que de alguma forma aqui a imagem da Câmara Municipal ficou manchada.-----
-----Gostaria também de falar da Ficabeira deste ano. Claro que, como o deputado Christophe Coimbra disse, é necessário mudar e inovar, 100% de acordo, mas é nosso entendimento que o formato apresentado desvirtua aquilo que é o conceito da Ficabeira. Eu recordo que a Ficabeira, como o próprio nome indica, é feira industrial, comercial e agrícola. e aquilo que estamos a verificar foi uma redução de certames e expositores muito expressiva face ao ano anterior. Gostaria de saber se se consegue, à data, quantificar essa redução, a razão para tal e qual o valor e se é que houve aumento de preço por espaço face ao ano anterior. Gostaria de saber também, apesar de estarmos ainda aqui no rescaldo daquilo que é a Ficabeira, portanto poucos dias após a Ficabeira, se já há uma diferença de custos com a Ficabeira de 2024 face a 2023 e também uma diferença da receita de 2024 face a 2023. Só pegando mais num ponto daquilo que o deputado Christophe Coimbra falou e corroborando um bocadinho aquilo que eu acabei de dizer, porque falou-se várias vezes daquilo que eu pude captar em restauração, convívio, concertos, mas queria voltar a frisar que é Ficabeira, Feira Industrial Comercial Agrícola e, portanto, no nosso ponto de vista, é importante não desvirtuar aquilo que é o conceito da Ficabeira nestes moldes. Falou-se também no pagamento, na concordância de um pagamento de um valor significativo ou expressivo, já não me recordo da expressão exacta das empresas pelos espaços, aquilo que eu acho que faz sentido aqui



Assembleia Municipal

também é haver uma diferenciação entre o valor a pagar pelas empresas que fazem parte do município de Arganil e das empresas vindas de outros municípios. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Luis Gomes** para “solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que informasse de forma sucinta o que se passa ou qual é o desenvolvimento de todo o processo do IEFP, portanto do Centro de Formação a instalar em Arganil, no espaço que a Câmara já cedeu ao Instituto de Emprego e Formação Profissional. Saber se já há um cronograma de execução da obra definida.

-----Um outro assunto relacionado com a construção do Centro de Saúde, saber se efectivamente existe um cronograma previsto e qual o ponto da situação relativamente à aquisição do terreno onde vai ser instalado, bem como o desenvolvimento do projecto.-----

-----Um terceiro assunto para aqui deixar uma nota muito especial e solicitar à Assembleia que aprovasse um voto de pesar pelo falecimento de dois elementos, dois munícipes, que prestaram serviço relevante à vida pública, na vida autárquica. Refiro-me em primeiro lugar ao Fernando Oliveira Figueiredo, que foi Presidente da Junta de S. Martinho da Cortiça. no período de 2001 a 2005; Fernando Figueiredo era um homem de fortes convicções e decisões nos cargos que ocupava. Quero realçar o papel que ele teve, muito importante, em matéria de transportes, enquanto gestor e responsável pela secção da Rodoviária Nacional em Arganil. Muito se deve a ele, parte do traçado, digamos, daquilo que hoje é a rede concelhia de transporte público. Fernando Oliveira foi um homem dedicado às coisas da sua terra, foi um homem de iniciativa, um homem que traçou, sem dúvida, a época mais activa na freguesia. Outros presidentes se seguiram, mas foi com ele que se deu, digamos, um salto na transformação da freguesia de S. Martinho da Cortiça. Não podemos deixar passar este momento sem aqui lhe prestar e deixar um voto pesar.

-----Um outro voto de pesar para um elemento arganilense falecido há pouco tempo, que fez parte do Executivo Camarário, por parte do Partido Socialista, o Dúlio Pimenta. E permitam que deixe aqui uma particular nota em relação ao seu desaparecimento. Dúlio Pimenta era um arganilense de gema, um arganilense que desde sempre lutou pelos interesses da sua terra. Um homem de convicções fortes, foi um elemento importante do Partido Socialista. Embora situado em campos opostos, foi sempre um velho amigo, um amigo de peito. Era da minha idade, andámos na escola juntos, estudámos juntos na escola secundária, tomou parte em muitas iniciativas e deu a sua colaboração a instituições da terra, era um homem dinâmico, era um arganilense, um bom arganilense. Com certeza que o Partido Socialista, a bancada do Partido Socialista se associa talvez de uma forma mais forte em relação ao seu desaparecimento porque foi um elemento preponderante também dentro do Partido Socialista, mas isso nunca nos afastou a mim e a ele, Porque o que deve prevalecer sempre é a amizade. E a amizade é eterna. A amizade não se compra. A amizade constrói-se de raiz desde pequeno. E para mim foi uma perda



Assembleia Municipal

muito importante, de um velho amigo. E pedia à Assembleia que guardasse um minuto de silêncio, e fosse transmitida às famílias um voto de pesar desta Assembleia.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, exarar um voto de pesar pelo falecimento de Fernando Oliveira Figueiredo e um voto de pesar pelo falecimento de Dúlio Gouveia Ferreira Pimenta e guardou um minuto de silêncio em memória de ambos.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que “quero agradecer ao senhor deputado Luís Gomes as palavras que foram proferidas em relação às duas pessoas que partiram, palavras correctas e que a todos nos lembram tudo aquilo que foi feito por Arganil por estes dois vultos.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer “peço apenas dois segundos para, antes da intervenção do senhor Presidente da Câmara, poder reler aqui um pouco da minha intervenção. Posso não ter sido explícito neste ponto, mas volto a relê-lo. Disse, “considero importante que se pratiquem tarifas que beneficiem os contribuintes do nosso concelho”. Quero com isto dizer que acho que por aqui é feita a discriminação positiva e naturalmente que incentive todos os agentes económicos do nosso concelho e aí acho que estarão a parte comercial, industrial e, hipoteticamente, agrícola. E digo ainda que considero importante que se envolvam as nossas freguesias e o associativismo local com isenção de custos ou tarifas simbólicas, promovendo o nosso artesanato, a nossa gastronomia, a nossa cultura, a nossa identidade. Digo sim, todos os restantes agentes económicos, e refiro naturalmente àqueles que possam vir de outras origens, devem pagar o justo valor. aquilo que entendo é que não deve haver uma subsidiação à actividade comercial de qualquer outra empresa que não tem sede nem aporta qualquer valor adicional à nossa região. Para que não haja dúvidas em relação a isto.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Miguel Dias** para dizer que “se o senhor deputado fez essa discriminação positiva, eu não a tinha percebido na sua intervenção e, feita essa discriminação positiva para os agentes económicos do concelho, nada me choca e estou absolutamente de acordo com ela. O senhor deputado Raul Martins fez uma contextualização brilhante sobre o que é o Olímpico, os atletas paralímpicos, o olimpismo em geral, sobre a necessidade de desenvolvimento deste tema e seguramente que o acompanho, como bem sabe. E concordo com tudo que a este respeito disse, sem qualquer dúvida. Não percebi, contudo, qual é que foi a relação que fez deste assunto com o município de Arganil.”-

-----Teve a palavra o senhor deputado **Ricardo Pereira** para “fazer duas notas muito breves, relembrando as palavras do deputado Luís Gomes, e acho que é o mais



Assembleia Municipal

essencial de estarmos aqui todos em democracia. Eu também tenho amigos da extrema esquerda e da esquerda e do centro também, poucos, pois, entretanto, agora viraram-se para a extrema direita, mas isso é um problema deles; são convicções políticas e acima de tudo aquilo que o Luís disse, mais importante, é a amizade que deve prevalecer fora desta Assembleia. Aqui cada um defende a sua dama e acho que é isso. Em relação à intervenção do deputado Zé Miguel, também eu sou um grande aficionado de ralis e praticante, como bem sabe, mas eu acho que o valor que foi apresentado ao município se calhar faz falta, pois há muitas freguesias que reclamam por obras porque sendo membro activo também de algumas organizações de ralis, toda a receita que é paga ao clube vai para o clube. Para além disso iria ser mais um subsídio. Estamos a falar de uma prova que iria, seguramente, o Senhor Presidente depois terá os números, mas que iria se calhar para o dobro dos custos para um rali do campeonato regional. Em minha opinião, acho que são valores muito elevados quando temos tantas freguesias a necessitar de obras, que é o mais importante. Muito obrigado.”-----

-----Pedi ainda a palavra o senhor deputado **José Miguel Nunes** para “fazer um breve esclarecimento. Eu posso concordar 100% com aquilo que foi dito, dos 40 mil euros, corroboro aquilo que foi dito. Quando falei nisso, foi um bocadinho nos timings, porque também percebendo quem está no lado da organização, no fim de haver vários ajustes de valores, de decorrerem 6 meses e a 2 meses da prova dizer-se de forma aberta que não, de algum modo estamos a inviabilizar e a dificultar o trabalho de quem está do outro lado. Quando eu falei nesse ponto, que corroboro, porque o valor a meu ver também seria expressivo, foi mais uma questão de timing, nada mais que isso.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Raul Martins** para dizer que “admito que não me tenha feito entender completamente, mas no fundo o que eu queria dizer é que em 2005 foi iniciada uma nova forma de financiamento do desporto de alto rendimento através de contratos de programa estabelecidos com o Comité Olímpico de Portugal que simultaneamente centraliza o financiamento e distribui da maneira, com base nos seus critérios. Bom, todos nós sabemos, há 20 anos que andamos a falar, há algumas pessoas há 20 anos que andam a falar sobre isto, há financiamentos para comissões e dress-code e desse dinheiro público que chega, que está centralizado na macroestrutura, devia mais desse dinheiro público chegar à periferia, isto é, chegar aos clubes e aos atletas. E, portanto, esta é uma questão central. Eu acho que há muito financiamento público, há um financiamento público que tem aumentado sucessivamente, tem percentagens muito superiores aos resultados que nós temos conseguido. O senhor Primeiro-Ministro anunciou agora mais de 20% de financiamento para este actual ciclo olímpico. Enfim, e eu não me ponho de fora disso, mas a questão é que aumenta o financiamento e os resultados não aumentam, e não aumentam por uma simples razão, não aumentam porque a



Assembleia Municipal

macroestrutura está, na minha óptica, doente. E portanto, não há este modelo de centralização do financiamento no COP, acho que não funciona, está esgotado. A questão da construção dos centros de alto rendimento depois do Euro 2024 e dos estádios que absorveram uma quantidade enorme de dinheiros públicos, veio, várias dezenas de centros de alto rendimento que foram construídos no país, que centralizam a funcionamento de determinadas modalidades. Ora, isso adequar-se-á bem a sociedades com outros modelos de organização até política, mas não numa sociedade democrática como a nossa na Europa. Eu acho que isso não funciona. Portanto, um pai que tenha um filho ou uma mãe que tenha um filho de 12 anos, que tenha características interessantes no badminton, com certeza não vai mandar para as Caldas da Rainha treinar badminton com 12 anos, ou também não vai mandar treinar ténis para o Jamor com 12 ou 13 anos. E se for aos 18, já é tarde, já não vai chegar ao alto rendimento. E, portanto, e sucessivamente, podemos discutir tudo isto. Ouvindo as declarações do Senhor Presidente da Câmara, o conteúdo das declarações que fez, pareceu-me a mim que ele está bem sintonizado com esta interpretação. E, portanto, no fundo a ideia era esta, era como é que dentro deste quadro de dificuldades, que não necessitavam de ser tão evidentes, como é que ainda assim nós temos atletas que ainda vão conseguindo alguns resultados? Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões e referiu que “começando aqui pela intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, dizer que me identifico muito com as suas palavras, particularmente em relação à Noite Branca e em relação à Ficabeira. De facto, a Noite Branca foi um evento sem paralelo com uma enchente provavelmente pelo menos num evento com estas características nunca tinha acontecido em Arganil e naturalmente que ficamos muito satisfeitos quando os resultados aparecem desta maneira. Relativamente às várias interpretações que fui ouvindo aqui sobre a Ficabeira e a Feira de Mont’Alto, dizer-lhes e relembrar que particularmente a Feira de Mont’Alto está em permanente dinâmica desde o século XIV e portanto, se todos partirmos deste pressuposto e deste entendimento e deste conhecimento, que é conhecimento histórico, a feira não chega aos nossos tempos conforme acontecia há 30 ou 40 anos, nem conforme acontecia há 100 anos, nem conforme acontecia há 20, é efectivamente um evento secular e que se foi sabendo adaptar aos tempos. É isso que é preciso estarmos também permanentemente cientes, reconhecendo que é sempre muito mais fácil deixar estar tudo como está, não mexer rigorosamente nada, isso é sempre muito mais fácil, mas também não faz parte nem da nossa estratégia nem do nosso feitio. E, portanto, sim, a Ficabeira, e é engraçado que a tónica se coloque na questão dos expositores, agradeço muito a intervenção que vários de vós fizeram sobre esta matéria para clarificar que efectivamente foi considerado um factor de diferenciação. Foi considerado um factor de diferenciação relativamente às entidades do concelho. Dizer-lhes, por exemplo, que os artesãos com carta de artesãos do concelho



Assembleia Municipal

pagavam o valor simbólico de 75 euros, os artesãos e colectividades do concelho pagavam 200 euros, as empresas do sector secundário com sede em Arganil pagavam 150. Estamos a falar de espaços que, em termos médios, só da parte do stand têm um custo a rondar os 500 euros; há efectivamente uma diferenciação muito significativa que se considerou para as empresas do concelho, para aquelas que desenvolvem actividade no concelho. Agora sejamos também muito claros. E aqui pegava na interpretação e na leitura que o senhor deputado José Miguel fez sobre o acrónimo da FICA - Feira Industrial Comercial e Agrícola. É exactamente isso. E agora aquilo que eu lhe pedia que fizesse também era um lembrar daquilo que nas edições anteriores, assumindo também tudo o que isso tem de autocrítica, existia naquele evento de industrial comercial e agrícola. Se me disser que ter uma banca com três bolos em cima e uma garrafa de licor ao lado é actividade comercial, bom, se calhar numa interpretação muito lata, talvez seja, mas também me parece que não será isso aquilo que a grande maioria de nós pretende para um evento com estas características.-----

-----Posto isto, dois apontamentos muito pragmáticos: apostámos decididamente naquilo que tem a ver com cartaz cultural, com cartaz de animação e os resultados apareceram. Não temos ainda o saldo fechado, mas as coisas são significativamente mais positivas do que no ano anterior, com melhores resultados em termos de visitantes, em termos de receita. Sobre isso é absolutamente claro. Conseguimos também novas formas de financiamento e provavelmente na próxima Assembleia, haveremos de ter dados concretos para podermos trazer também ao vosso conhecimento. Essa parte eu diria que, maioritariamente, não vou dizer que é por unanimidade, mal seria, isso na nossa terra nunca aconteceu, mas maioritariamente foi bem acolhido pela generalidade das pessoas e viu-se também na atractividade que a animação gerou ao concelho. Ao nível da gastronomia parece-me também inequívoco que a resposta foi assertiva, foi correcta, foi dignificante para o concelho, parece-me que sobre isso haverá também certamente algumas coisas a melhorar, há sempre, como eu disse no início da intervenção, esta é uma feira dinâmica e nunca estática e portanto mal de nós que nos acomodássemos àquilo que tinha ficado do ano anterior para manter igual no ano seguinte, nunca foi nem será dessa maneira, mas na parte gastronómica o modelo efectivamente é naquele sentido. Relativamente àquela componente que identificaram dos stands, devo dizer o seguinte, do ponto de vista daquilo que tem a ver, com a actividade, a tal actividade industrial, comercial e agrícola, aquilo que lá tivemos foi exactamente o que tivemos no ano anterior. O que é que não tivemos? Não tivemos a senhora Maria com os panos, com todo o respeito que isso merece, mas com os panos que foi fazendo durante o ano, não estive lá a vendê-los, a senhora com os bolos em cima do balcão também não estive lá. Situações com essas características, efectivamente, não se verificaram. Agora, eu também quero clarificar algo sobre o qual também fui muito pragmático desde o início. Nós estamos num processo ou num trabalho em progresso. O ponto que traçámos este ano foi um ponto de ruptura e deu bom



Assembleia Municipal

resultado naquilo que dependia exclusivamente da autarquia. Agora temos que melhorar e aumentar significativamente outras componentes e é nisso que já estamos a trabalhar para a próxima edição. Mas sobre a atractividade do evento, sobre a questão da bilheteira, aquilo que foi a projeção do território, sobre isso não há dúvidas, melhorou significativamente e isso deve demonstrar alguma coisa.-----

-----Agradecer também as suas palavras, senhor deputado Christophe Coimbra, sobre os reconhecimentos que foram entregues e aproveitava já a este respeito também por agradecer as palavras do senhor deputado Raul Martins sobre a nossa conterrânea Cristina Gonçalves, atleta paraolímpica que foi galardoada nos Jogos Paraolímpicos com a medalha de ouro; e faço este apontamento aqui apenas para lembrar que também ela tinha sido já reconhecida pela Câmara e pela Assembleia Municipal e particularmente pelo concelho em 2017, em virtude dos resultados que tinha obtido nos jogos de 2016. Mas quero também aproveitar a este respeito para sublinhar o grande regozijo que foi para nós reconhecermos na sessão do feriado todas as personalidades que foram distinguidas na sessão do feriado.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado Miguel Dias, e naquilo que tem a ver com a questão que colocou, sobre o Regulamento de apoio aos Bombeiros, quero dizer que os Bombeiros nos merecem todo o respeito e toda a consideração, tal como merecem todos os demais concidadãos do concelho, como os médicos, os enfermeiros, os senhores das limpezas, até o coveiro merece a máxima das considerações. É por isso que os nossos mecanismos de apoio são generalizados para toda a população. Naquilo que depende de nós, daquilo que é a fiscalidade que podemos colocar nos intervalos mínimos é aquilo que fazemos em Arganil e que devolvemos também os impostos das pessoas a quem os paga. E, portanto, não nos parece que seja caminho estar de facto a dar tratamento de privilégio apenas a uma classe, quando todas as outras também são merecedoras de igual reconhecimento e que já é, de resto, bem patente nos mecanismos de apoio que temos disponíveis para todos os nossos concidadãos.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado Rodrigo Oliveira, sobre a questão do rendimento, devo dizer que sobre o apontamento que deixou e aquilo que é responsabilidade autárquica, eu acho que se calhar até me fez lembrar aquela solução que é a solução mágica para resolver este assunto que é a solução do líder do PCP. De facto, só há uma forma de aumentar os salários, é aumentar os salários. É fácil. Agora, naquilo que tem a ver com a actividade do município, aí já temos mais dúvidas que seja algo que esteja na alçada municipal. Sobre o consórcio a que se referiu, confesso que não percebi, certamente, pedia-lhe que pudesse ser mais concreto relativamente a esta temática, não tive a oportunidade de apanhar aquilo que foram os teus considerandos. Sobre o programa +Habitação, e particularmente no processo que temos em curso para habitação a custos acessíveis, como sabem temos a perspectiva de considerar 80 fogos, alguns em propriedade municipal, 29 apartamentos junto à GNR, outros em edificado privado, devoluto, que vai ser adquirido pelo IRU e onde o município em nome do IRU, fará as intervenções e



Assembleia Municipal

tínhamos também um outro pacote de 34 apartamentos que estava previsto considerar em espaço da Santa Casa de Misericórdia de Arganil, junto ao largo da feira. Sobre os primeiros, são processos que têm estado a ter a sua tramitação. Aquele que é mais significativo, que é efectivamente da habitação horizontal junto à GNR, que é também o que está mais avançado, neste momento está em fase de revisão do projecto. É uma fase que se tornou obrigatória por via de um Despacho do Tribunal de Contas de Fevereiro deste ano e estamos em condições, o processo já está integralmente validado pelo IRU, já está o Protocolo assinado, tal como também está assinado para as antigas Casas dos Magistrados e contamos que muito rapidamente, certamente ainda este ano, estes procedimentos, destas empreitadas estejam no mercado. Estes são os dois processos que estão mais avançados. Os outros têm andado um bocadinho enredados na burocracia que tem vindo a ser trocada entre o município, a CIM, e a CIM e o IRU. Contamos que também esses mesmos processos possam ter um desfecho. Relativamente à última situação de que falei, daqueles 32 fogos que estavam considerados em espaço a ceder pela misericórdia em direito de superfície, foi-nos comunicado, entretanto, pela Misericórdia que já não mantinham interesse nesse processo e, portanto, sobre estes 32 apartamentos estamos neste momento a perceber no mercado que outras alternativas temos para a construção, tentando salvar ainda alguma coisa daqueles projectos e de forma a não perder este financiamento.-----

-----Sobre o MOBI-E e porque que Arganil não foi elegível, também não sei, mas devo dizer que o histórico que temos de relacionamento com o MOBI-E sobre os postos eléctricos é apenas daquele posto que está ali junto às instituições bancárias e correu francamente mal. Aliás, foi um posto de carregamento que esteve quase 8 anos para ser instalado, sabendo-se em determinada altura que tinha sido adquirido no primeiro concurso e que estava em armazém, aliás, esteve em armazém mais de 4 anos até ser instalado. Portanto, esta entidade, de facto, não nos deixa grandes saudades relativamente àquilo que é o desempenho que conseguiu demonstrar ao longo do tempo. Mas nós entendemos que efectivamente é uma resposta que é importante, é uma solução que felizmente cada vez tem mais utilizadores e que estamos a preparar, já temos pareceres relativamente às soluções que propomos por parte da E-REDES, porque é necessário garantir determinadas potências para estes equipamentos poderem funcionar, e em articulação com as Juntas de Freguesia fizemos um levantamento exaustivo e tencionamos ainda este ano lançar ao mercado um concurso público para atribuir a concessão da exploração destes postos de carregamento em quase todo o concelho.-----

-----Sobre a rotunda e a solução definitiva, confesso que estava longe do meu entendimento, que fosse um assunto a merecer a discussão e a decisão da Assembleia Municipal. De facto, se calhar, o meu entendimento, relativamente àquilo que é o papel da Assembleia, será certamente diferente do seu. Devo dizer que a solução para esta rotunda é uma solução de rotunda temática com exposição temporária, foi discutida e foi articulada em sede da Câmara Municipal e a



Assembleia Municipal

intervenção não está ainda completa, mas a solução a que chegámos foi consensualizada em sede da Câmara Municipal, que na minha opinião é o fórum em que este assunto deve ser discutido e onde foi discutido.-----

-----Voltar a agradecer as palavras do Sr. deputado Raul Martins, nomeadamente em relação à Vuelta.-----

-----Sobre a intervenção da deputada Cristina Dias, confesso que não percebi os considerandos que deixou no final da sua intervenção, não percebi, mas sobre a questão objectiva que colocou, trata-se de um assunto que está em sede de Comissão Nacional de Protecção de Dados para a obtenção do obrigatório parecer, portanto é disso que estamos a falar; aliás, e sobre esta matéria, clarificar que em tempo útil, como não podia deixar de ser, sublinhei que a decisão sobre esta solução era da exclusiva competência e responsabilidade dos senhores deputados municipais e portanto é assunto que à minha pessoa nem sequer diz directamente qualquer respeito; tomaram uma decisão, naturalmente, que ela deve ser consequente.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado António João Lopes e sobre o considerando que fez, sobre lhe parecer que ninguém estudou Marx, eu acho que muitos de nós terão estudado Marx, mas se calhar não com a mesma interpretação que o senhor faz. O senhor deputado basicamente estudou Marx como sendo uma cartilha a seguir. No meu caso, eu estudei Marx como sendo algo a evitar e, portanto, aqui temos efectivamente uma incompatibilidade que é insanável. Estudei, estudei, estudei, estudei, estudei. Sobre a questão do rebanho experimental, temos aqui uma representante da freguesia de Cepos e Teixeira, não sei se eventualmente pretenderá clarificar as dúvidas que aqui foram suscitadas. Sobre a questão das vilas, teremos tempo de clarificar mais à frente.-----

-----Acerca da intervenção do senhor deputado José Miguel Nunes, eu sugeria-lhe que em próximas oportunidades, além daquilo que é o comunicado, que lhe provocou todas as interrogações que aqui deixou, também lesse o comunicado da autarquia. Permitiria, no fundo, balancear e formar uma opinião mais isenta, porque parece quase que está aqui apenas a interpretar aquilo que é o entendimento de um comunicado quando há outro que permitia, no fundo, perceber qual é que foi a dinâmica deste processo. Aquilo que é afirmado, como é bom de perceber, não corresponde à realidade. Sejamos muito claros e muito honestos neste tipo de situação. Mas passa pela cabeça de alguém que se fosse conhecido o papel, se fosse conhecido o valor que estava inerente a este evento, que o que foi assumido pelo município era dos custos com a segurança, particularmente com os bombeiros, e que andavam numa estimativa de 6 ou 7 mil euros, e aquilo que depois foi a conta apresentada em Julho, que eram mais de 40 mil, estamos a falar de 50 mil euros, passa pela cabeça de alguém que, perante um valor desta natureza e desta grandeza, o município achasse muito bem fazer aqui uma prova com estas características? Mas alguém de bom senso acredita nesta teoria? Parece-me que aquilo que aconteceu é absolutamente claro e choca-me até um bocadinho as



Assembleia Municipal

interpretações que depois acontecem, mas é muito claro, aquilo que aquela entidade tentou fazer, basicamente foi criar uma narrativa, chegar a um determinado momento e entender, bom, em Julho já não podem dizer que não, em Julho já “está o carro em andamento”, já não podem andar para trás. Azar, azar mesmo porque com este tipo de prática, doa a quem doer, nós não pactuamos. O entendimento que existia foi aquilo que me foi comunicado, era o compromisso com a segurança, de 6 ou 7 mil euros, era o que estava assumido na nossa decisão. A partir do momento em que aparece o número de mais de 40 mil, ficou o assunto devidamente clarificado. Devia ter ficado lá atrás, devia, mas deviam ter apresentado esse valor logo no início, como sendo a imputar ao município e ninguém teria perdido tempo nem teria tido chatices com esta situação.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado Luís Gomes e aquilo que tem a ver com o IEFP, trata-se de um processo em que andamos aqui a trabalhar com o Instituto de Emprego desde Julho de 2021, como é do vosso conhecimento. O ponto de situação, também dizer que do ponto de vista protocolar esta obra, objectivamente, já devia estar a decorrer. O ponto de situação que me foi transmitido ainda durante esta semana é que estão neste momento em fase de revisão do projecto e que o mais tardar em Janeiro, Fevereiro, que estarão a lançar a empreitada ao mercado. Portanto, espero que esta informação que nos foi transmitida seja a correcta e que efectivamente a tramitação que venha a acontecer esteja de acordo com esta informação que me foi transmitida. Sobre o novo Serviço de Urgência Básica e Centro de Saúde de Arganil e sobre a questão do cronograma, nós estamos do ponto de vista de projecto, que já foi contratado lá atrás, já foi apresentado o estudo prévio, já foi submetido aos pareceres das entidades competentes que emitiram algumas recomendações, está já em fase também de revisão, aqui contratámos mais cedo a revisão de projecto. Neste momento e até ao final de Outubro decorre o prazo para a fase subsequente, de elaboração de projecto de execução, o que significa que, correndo tudo conforme está previsto e até agora tem estado a decorrer, nessa altura, entre Novembro e Dezembro, teremos condições para submeter ao mercado o concurso público desta empreitada. Naquilo que tem a ver com as questões interligadas com este processo, nomeadamente com os terrenos, penso que já tinha partilhado isto, mas não tenho a certeza, na última assembleia, o terreno daquilo que foi o espaço da antiga fábrica da resina, com cerca de 12.000 m², já foi feita a escritura de compra, dizer-lhes também para que fiquem com esta informação, que houve o entendimento de permitir que o vendedor se mantivesse no espaço até ao final do ano e em compensação o município pagou apenas aquando da celebração de escritura metade deste valor e pagará os remanescentes 50% até Fevereiro do próximo ano. A par disto e a informação é recente, a escritura foi feita já esta semana. Fizemos a aquisição também de um terreno que está ao lado, onde estão umas ruínas e uma casa. Aquisição esta que vai permitir ter ali não apenas a construção do novo equipamento, mas um reperfilamento e uma refuncionalização da rede viária em todo aquele espaço.”-----



Assembleia Municipal

-----Pedi novamente a palavra o senhor deputado **Miguel Dias** para dizer “Senhor Presidente, vai desculpar-me, mas há coisas que eu sinceramente não entendo; Acho que a pergunta que lhe fiz foi muito clara, qual o ponto de situação do Regulamento dos Benefícios para os Bombeiros? Não lhe perguntei para os médicos, para os funcionários, para o gato, para o canário, para mais ninguém. Perguntei para os Bombeiros.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **José Miguel Nunes** para dizer “Senhor Presidente, como acho que deve ter ouvido certamente, em momento algum eu tomei partido do Clube Automóvel do Centro. Aliás, eu concordo com o Senhor Presidente e com a intervenção do deputado Ricardo Pereira, quando eu disse que a meu ver os 40 mil euros é um valor demasiado alto para um rali regional. Portanto, em momento algum, concordei com, ou tomei partido da posição do Clube Automóvel do Centro. E também é verdade que também li o comunicado da Câmara Municipal de Arganil. Mas acho que, sendo esta Assembleia a casa da democracia, não acho que o Senhor Presidente se deva considerar surpreendido por virem aqui questionar a versão, apesar de haver um comunicado, da Câmara Municipal de Arganil, até porque sempre me ensinaram que antes de tomar um partido, qualquer que seja, devemos ouvir ambas as partes e a verdade estará algures no meio de ambas as partes. Isto sobre o Rali de Arganil, para que não haja dúvidas.-----

-----Relativamente à Ficabeira e como tem sido apanágio, as minhas perguntas, já para não haver fugida a esses valores, foram no sentido de haver valores concretos e é certo que o Senhor Presidente falou do valor pago pelos artesãos do concelho, falou no valor pago pelas empresas do concelho, mas não me clarificou se houve um aumento desses valores face ao ano anterior e qual foi a grandeza desse aumento. Também falou que ainda não há valores finais da receita e como eu disse, estando nós no rescaldo da Ficabeira, acho perfeitamente natural, mas falou também que haveria um aumento da receita face ao ano anterior, o que será expectável porque parece-nos que também houve um aumento da despesa. E aquilo que eu queria saber, e neste caso penso que já haverá valores, é qual o aumento da despesa que houve na Ficabeira deste ano face ao ano anterior, porque como o Senhor Presidente bem sabe, as análises devem ser feitas no rácio despesa versus receita e ver se há uma proporcionalidade entre ambas ou não. Também em termos de valores concretos, gostávamos de saber, mais do que saber se está a Sra. dos panos ou não nos expositores, qual o número concreto da redução de expositores faça ao ano anterior. Muito obrigado.”-----

-----O senhor deputado **Rodrigo Oliveira** teve novamente a palavra para referir que “bom, nós vamos ficando habituados aqui a estas respostas do Senhor Presidente, mas às vezes ainda ficamos completamente surpreendidos. Sobre rendimento, aquilo que eu disse foi dados factuais, dos dados do INE. Há municípios em que os



Assembleia Municipal

municípios têm um rendimento mais elevado, há outros que têm um rendimento mais diminuto e Arganil situa-se no penúltimo concelho da Região de CIM de Coimbra. Apenas dei factos e contra factos não há argumentos. Sobre o consórcio, eu não consigo perceber como é que o Senhor Presidente não percebeu aquilo que eu lhe perguntei. Há um consórcio em Coimbra do qual concelhos como Penacova e Oliveira do Hospital fazem parte, eu só perguntei ao Senhor Presidente o porquê de Arganil não fazer parte, tão simples quanto isso. Quanto à rotunda, nós já percebemos que o Senhor Presidente é contra o Orçamento Participativo, com explicações que envolvem Venezuelas e por aí fora, que já teve aqui a oportunidade de explicar, mas tudo aquilo era evitável e não estou contra agora a decisão definitiva do que se vai fazer na rotunda, mas tudo aquilo poderia ser evitado se trouxesse o assunto aqui à Assembleia para nós também podermos dar a nossa opinião, que acho que é para isso que a Assembleia também serve.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “permitam-me fazer uma pequena intervenção em relação a um assunto no qual estive na posse de alguma informação, não por qualquer tipo de privilégio no relacionamento que tenho com a Câmara Municipal, porque a informação que me foi enviada até foi partilhada por alguém da Mesa da Assembleia do Clube Automóvel do Centro, e que tem que ver com esta questão do Rali, e a pessoa fez questão de partilhar alguns e-mails que foram trocados, porque me questionou se sabia o porquê da motivação da posição do Executivo Municipal. Ora bem, aquilo que eu posso dizer é naquilo que leio de troca de e-mails entre os diversos intervenientes, há maneiras de fazer negócio e se eu quero vender um bem e não quero que de futuro haja qualquer tipo de equívoco em relação a isso, tem de ser claro naquilo que pretendo que seja feito. E aquilo que eu tive a oportunidade de ver foi efectivamente uma espécie de um orçamento onde é referido um orçamento global para o evento, onde tem uma rubrica específica a dizer que assume a Câmara Municipal de Arganil e essa rubrica que hoje liga àquilo que o Presidente diz, das questões de segurança orçamentados nesses 5.000 e qualquer coisa euros, em ponto a algum é referido, que o município teria que pagar o que quer que fosse. Acho que estamos todos de acordo, o valor é absolutamente exagerado face àquilo que era proposto ser organizado independentemente disso aquilo que fica a meu ver e a minha forma de ver as coisas, claro, não é tentando encobrir aquilo que no final cada uma das partes tem que se responsabilizar, que se fazem negócios que sejam sérios. E efectivamente, a minha leitura é que há vontade em mascarar aquilo que é a assunção de uma responsabilidade que queremos que os outros assumam até ao limite do depois mediaticamente. Isto vai ter impacto e então acaba por se assumir. A minha opinião é que foi muito bem tomada a decisão do município, porque aquilo que foi feito não foi uma negociação correcta, foi uma negociação mascarada, onde os valores aparecem intencionalmente disfarçados, porque senão não fazia sentido especificar-se que havia uma determinada rubrica que era suporte de custo do



Assembleia Municipal

próprio município e o resto, quando ao fim ao cabo aquilo que era pretendido, era que fosse tudo e não apenas aquela rubrica. Isto em relação à questão do tema do Rali.-----

-----Em relação àquilo que foi a resposta do Presidente e também agora à nova intervenção do Rodrigo, obviamente que não deve orgulhar particularmente ninguém se estivermos na base daquilo que é a condição remuneratória de uma determinada região. Acho que trabalhamos todos com o propósito de corrigir esse facto. E acho que as apostas têm sido feitas em particular, o investimento na Relvinha, parece-me claramente a única maneira possível de o conseguir fazer. Atrair trabalho mais qualificado, pessoas com maior remuneração e fixá-las cá. Parece-me a única forma possível. Percebo aquilo que foi a resposta, se bem entendi, acho que não é por decreto municipal que se consegue aumentar o rendimento das pessoas em qualquer região, seja onde for.-----

-----Em relação à questão da Ficabeira, também acho que as perguntas são pertinentes, parece-me que sim, será importante, assim que o município tenha esses dados, perceber a evolução de expositores, os preços, a evolução dos preços que foram pagos. Também eu sou expositor numa feira, num concelho vizinho, porque é lá que está sediada a empresa, não sou pelo propósito da actividade comercial que consigo fazer nela, mas posso dar a título de exemplo e depois do Presidente aqui ter dito que um contribuinte do concelho pagava 150€, eu paguei 400€ para estar naquela feira, com o propósito comercial, volto a dizer, de zero valor, estamos pela representação institucional, mas estou absolutamente certo que o que leva quer seja aqui na Ficabeira, quer seja na FACIT, na Expo FACIC ou onde quer que seja, e falo muito em particular naquela que é a grande referência, a Expo FACIC, tenho sérias dúvidas que um agente da Mercedes ou de qualquer outra marca automóvel vá expor os seus veículos ali para mostrar o potencial comercial de Cantanhede. É porque efectivamente a feira goza de mais de 100 mil visitantes que são potenciais compradores. E aqui é preciso ser absolutamente claro, se quisermos que a feira seja um ponto de atração para agentes económicos, ela tem que ter a sua essência base, pessoas a circularem dentro dela. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “peço desculpa mas na última intervenção esqueci-me de referir a situação da transmissão online das reuniões. Uma vez que o Senhor Presidente da Câmara diz que não cabe a ele responder, se calhar perguntava a si próprio, Senhor Presidente da Assembleia, quando é que definitivamente as reuniões vão começar a ser transmitidas online?”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** dizendo que “respondo já, dizendo-lhe aquilo que disse o Senhor Presidente da Câmara, que foi pedido parecer à Comissão de Dados, depois terá que ser alterado o Regimento, precisamos somente desse parecer.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Nunes** para dizer que “subscrevo 100% aquilo que o deputado Christophe Coimbra disse, estou 100% de acordo em tudo aquilo que foi dito e, obviamente, nós para atrairmos expositores temos que aumentar o número de pessoas. A nossa preocupação ao desvirtuar o conceito é que nós não queremos que a Ficabeira se transforme num mero festival de música, e gostávamos que ela mantenha o conceito original. Só isso, mas de resto, 100% de acordo.”-----

-----Teve a palavra a **Secretária da União das Freguesias de Cepos e Teixeira** para referir que “em relação à questão de Arganil com uma produção agrícola e com o capril, devo dizer que é uma questão que é muito querida para mim, não imagino de todo a Serra como uma indústria agrícola, não acredito que isso seja possível, nem creio que esteja dentro daquilo que eu acredito para o território, acredito sim numa economia agrícola de subsistência. E para isso dou-lhe o caso do exemplo agora que criámos nos Cepos, a Feira Caseira, onde as pessoas podem vender os seus produtos e, portanto, há uma troca mais contida, que me parece o mais justo, porque senão vamos entrar aqui numa lógica de encher as serras nem sei bem como de produtos agrícolas, cheios de fitofármacos, portanto entramos aqui numa lógica essa sim, mais capitalista, que não me parece que seja interessante. Em relação ao capril, de facto, nós já transmitimos a nossa preocupação à Câmara Municipal do apoio que precisamos, e até devo dizer que o grande apoio que nós precisamos, por incrível que pareça, se calhar para alguns não, é a mão da obra. Porque o capril comunitário, afinal, não é comunitário, na verdade, não deixa de ser uma empresa, não deixa de estar a funcionar como uma empresa e aquilo que eu imagino para um capril comunitário é se calhar uma escala mais pequena e mais espalhada no território onde de facto invoque o espírito comunitário, por exemplo, das comissões e das aldeias. Porque antigamente nós tínhamos as serras cheias de gado, exactamente porque era uma economia familiar e a família dependia daquilo. Quando nós vamos para um rebanho comunitário, como nós temos, que devo dizer que eu sou apaixonada por aquele projecto, e dá-me uma enorme alegria ver aquelas cabras todas espalhadas pela serra, mas elas não estão espalhadas, porque nós, por falta de mão da obra, não podemos andar a passear com elas, temos que as ter numa vedação, o que à partida para mim já é um contracenso sobre o papel fundamental daquelas cabras. Mas claro, não havendo ainda uma linha económica circular daquilo que é a cabra, até porque eu não como cabra, mas poderia haver aqui de facto uma economia alimentar com este produto, mas eu acho que é um projecto que tem que ser pensado, tem que ser apoiado sem dúvida, mas principalmente perceber qual é o justo deste projecto, porque eu tenho muitos amigos meus da minha idade que vieram para cá e tiveram cabras e, passado três anos, obviamente deixaram, porque não há férias, não há nada e nós temos que perceber a realidade hoje em dia, pois nós todos merecemos ter umas folgas.



Assembleia Municipal

Portanto, se for um projecto onde a comunidade estivesse mais envolvida, e hoje ia eu, amanhã ia outro, até porque é maravilhoso passar um dia com as cabras, recomendo a toda a gente se quiserem, de facto é um óbvio espectacular para quem quiser tirar o stress do dia a dia e acho que devemos envolver mais a população e partilhar a nossa experiência para que este projecto, se calhar não a esta escala, mas que seja replicado. Obrigada.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “eu começava, se calhar, aqui mesmo por esta parte final, eu sugeria à arquitecta Guida Marques que pudesse pôr aí uma lista de interessados em pastorear durante o número de dias para ver, no final, se calhar, resolvem os vossos problemas de recursos humanos durante uns tempos, acho que é um bom exercício e uma boa experiência.-
-----Sobre a questão dos Bombeiros, parece-me que fui claro e portanto não vou repetir aquilo que já disse. Sobre a surpresa, senhor deputado José Miguel, eu não fiquei surpreendido pelo facto de perguntar, eu fiquei surpreendido por acharem que podia ter acontecido a Câmara aceitar um envolvimento, na ordem dos 50 mil euros, num rali regional. Essa foi a minha surpresa, acharem que isso podia ter acontecido. Mais nada, era o que mais faltava ter alguma dúvida, alguma objecção, de qualquer origem relativamente às questões que aqui vem trazer. Sobre a questão dos valores da Ficabeira, da Feira de Mont’Alto, como disse há pouco, estamos a fazer contas, vamos elaborar um Relatório para a próxima Assembleia Municipal, para que seja um instrumento absolutamente objectivo. Teremos oportunidade de aqui o apreciar. Acerca da intervenção do senhor deputado Rodrigo Oliveira, eu continuo a dizer que desconheço, eu não li a notícia do consórcio, portanto não sei qual é que é o consórcio, certamente será falha minha por não ter lido a notícia. Sobre a rotunda já disse aquilo que tinha a dizer. Muito obrigado.”-----

ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta nº 3/2024**, correspondente à sessão ordinária realizada no dia 15 de Junho.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 7 abstenções e 24 votos a favor, aprovar a acta nº 3/2024, correspondente à sessão ordinária realizada no dia 15 de Junho.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta da **Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Arganil, relativo ao ano de 2024**, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, conjugado com a alínea o) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.---

-----Presente a Proposta da Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Arganil, relativo ao ano de 2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “dependendo do momento em que fizeram a análise desta documentação, pode ter havido eventualmente alguma insuficiência nessa mesma documentação, pois ontem à noite, ela estaria desactualizada, no Portal, face àquilo que agora está disponibilizado. Aquilo que lhes pedia era que considerassem e que tivessem presente nesta apreciação que incluímos dois lugares para a parte das Obras Municipais.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 30 votos a favor, aprovar a Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Arganil, relativo ao ano de 2024, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, conjugado com a alínea o) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação da proposta da **2ª Revisão Orçamental de 2024**, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF SF/104/2023, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/104/2024, aprovar a proposta da 2ª Revisão Orçamental de 2024, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUARTO:** Adenda ao Contrato-Programa nº 8/2024, celebrado com a Freguesia de Sarzedo, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----



Assembleia Municipal

-----Presente a informação técnica INF/DAGF SF/103/2023, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/103/2024, aprovar a Adenda ao Contrato Programa nº 8/2024, celebrado com a Freguesia de Sarzedo, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUINTO:** Apreciação e votação da proposta de **Elevação da Povoação de Pombeiro da Beira à categoria de Vila**, nos termos do nº 3 do artigo 8º da Lei nº 24/2024, de 20 de Fevereiro.-----

-----Presente a Proposta de Elevação da Povoação de Pombeiro da Beira à categoria de Vila, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **António João Lopes** para referir que “eu considero que esta proposta está incompleta porque eu voto favoravelmente que Pombeiro seja considerado vila, mas considero que outras localidades do concelho de Arganil merecem a mesma consideração, porque se Pombeiro foi famosa no século 14 ou 15, por ter um foral, na realidade outras tiveram no século XX e XXI outro desenvolvimento, outras características e têm condições para ser vila. Por isso eu proponho que esta proposta, como devia ter sido aprovado no início da Ordem de Trabalhos, não devia dizer apenas Pombeiro, mas devia incluir todas as sedes de freguesia do município de Arganil. Por isso eu proponho que, em vez de Pombeiro, estejam todas as outras, ou votamos na próxima Assembleia, ou votamos agora. É possível agora alterar a proposta para todas as freguesias do concelho de Arganil, porque é normal que a sede de freguesia tenha uma característica, enquanto as outras aldeias, as outras pequenas povoações, tenham outra designação, aldeias ou coisa no género. Por isso, a minha proposta é que todas as sedes de freguesia sejam consideradas vilas, cada uma tem as suas características, umas têm antigos forais que já não têm qualquer interesse porque os forais perderam todo o valor após o país ter tido constituições que são válidas para todo o território. Por isso uns têm os antigos forais, outros têm a realidade de agora. É evidente que Pombeiro tem um belo centro de dia para idosos. Mas a Benfeita também tem, o Barril de Alva também tem e por aí adiante. Celavisa até foi concelho, tudo isso exige que não estejamos a separar umas das outras porque na realidade cada um tem as suas características e todos os seus residentes sentem interesse em vez de se chamar aldeia, chamar vila e pela estrutura de ser uma sede de freguesia, eu proponho isso.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sara Pedroso** para dizer que “queria congratular o Executivo e também a Junta de Freguesia por esta proposta que tem em conta a alteração à legislação e o cumprimento de todos os requisitos que são necessários para que possa haver esta elevação. E eu entendo esta proposta como o reconhecimento da história de Pombeiro, que tem muita história efectivamente, e eu acho que a história é importante, mas tem também presente e tem também futuro. Portanto, tem havido um crescimento significativo em termos dos equipamentos, como o deputado António Lopes falou, por exemplo, no apoio aos idosos, com o lar, com o centro de dia, com a presença da Cáritas na freguesia, mas também em termos de apoio à infância, também no crescimento das associações recreativas e culturais, que se têm sabido manter e reinventar ao longo do tempo, também no crescimento dentro daquilo que é possível de pequenas empresas e comércios de pessoas que se têm dedicado a fazer crescer a sua terra, que eu sinto também como minha, como a minha freguesia de origem e da minha família, que muito me orgulha. E acho que é sobretudo um reconhecimento também ao dinamismo, à entrega, à capacidade de trabalho e dedicação das pessoas de Pombeiro. E fiquei muito satisfeita porque no passado dia 7, uma figura, uma investigadora reconhecida, a Dra. Vanessa, foi medalhada pelo município e também uma empresa da minha freguesia, MTA – Movimento de Terras do Alva, Lda, que foi reconhecida pelo município. Fico muito satisfeita com esta proposta.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Dias** para dizer que “tenho a impressão que segundo o quadro-lei referido, se a memória não me falha, a atribuição da categoria de vila tem que ter pelo menos 3 mil eleitores. Isto é de lei, não é? Não tenho a certeza, mas creio que sim.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “relativamente a este tema, queria começar por dizer que na realidade aquilo que esta lei quadro da atribuição da categoria das povoações, que é a lei 24/2024 de Fevereiro, aquilo que ela vem trazer é alguma normalização num processo que já se calhar há cerca de 20 anos, que estava um bocadinho sem enquadramento formal. Há uma regra geral e, efectivamente, relativamente àquilo que tem a ver com a elevação de povoações à categoria de vila, não estamos a falar aqui do enquadramento geral, estamos, efectivamente, a considerar aquilo que é também a especificidade que é considerada nesta lei, particularmente no artigo 5º, que refere expressamente o seguinte: é reconhecida a titularidade histórica da categoria de vila a todas as povoações que sejam ou tenham sido sede de concelho, nomeadamente em virtude da demonstração da concessão de carta de foral - e este é relevante - e da existência de estrutura administrativa relevante. É com base neste argumento histórico que estamos a considerar a consideração passo a redundância da titularidade de vila a Pombeiro da Beira; tem a ver essencialmente com esta questão histórica e com a questão do Foral, e ter sido sede do concelho de outra forma, desde logo por aquele que referiu há pouco, não cumpriria os pressupostos. Portanto, é disso que estamos a



Assembleia Municipal

falar, é deste enquadramento específico para localidades que têm, para além desta questão histórica de ter sido sede de conselho, de ter tido foral, de terem ao mesmo tempo estrutura administrativa relevante, no caso de Pombeiro, cumpre os dois pressupostos e é precisamente por cumprir os pressupostos que trazemos esta proposta. Naturalmente, ou do ponto de vista social, a boa parte das sedes de freguesia não cumprem este pressuposto, a questão do foral e a questão da estrutura administrativa relevante e portanto é essa aqui a grande razão e única, de ser o único reconhecimento.-----

-----Queria apenas deixar aqui uma nota que decorre até do momento em que falámos desta temática em sede de reunião de Câmara. Nós fizemos esta proposta partindo do pressuposto que outras duas povoações, para além da sede do concelho, particularmente Côja e Vila Cova de Alva, detêm este título de vila. Vila Cova de Alva está inclusivamente na própria toponímia, Vila de Côja é a expressão que se utiliza habitualmente. Nós partimos desse entendimento. A verdade é que a confusão que existe em torno deste processo, que não está muito bem organizado ao nível da administração central, penso que até foi o vereador Paulo Teles que suscitou a questão, nós partimos do pressuposto que sim, mas estamos a clarificar se de facto assim é ou não é, porque hipoteticamente quer Côja, quer Vila Cova, contrariamente àquilo que é o nosso pressuposto, se eventualmente, do ponto de vista burocrático, não tiver esse reconhecimento, naturalmente, terá que ser tratado. Há alguns aspectos, já agora só para terminar, que parecem indiciar que essa questão está resolvida desde logo no brasão e na coroa moral do brasão, o que a heráldica determina é que quando é vila ou sede de concelho tem quatro torres, isso verifica-se quer em Côja, quer em Vila Cova, é um indício, mas não é um indício totalmente clarificador. Portanto, deixar apenas isto em aberto, é possível que esta situação possa vir também a ser aqui falada ou estas duas situações possam vir a ser faladas futuramente aqui na Assembleia Municipal.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para referir que “fica então esclarecido que a proposta do deputado António João Lopes, em função destas explicações que são dadas, cai por terra, da elevação de todas as sedes de freguesia a vilas.”-----

-----O senhor deputado **António João Lopes** disse ainda que “ora, a legislação diz uma coisa, mas o município tem possibilidade de fazer outro Regimento relativo a isto. A verdade é que as Juntas de Freguesia têm uma actividade administrativa, por isso podia ser considerado.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse ainda que “aquilo que é a decisão da Assembleia Municipal vai ser remetida à Assembleia da República, que é o órgão competente para conferir este reconhecimento. Portanto, também para, no fundo, clarificar que não é uma decisão nem da Câmara, nem da Assembleia Municipal no final do processo. Vai ser auscultada a Sociedade Portuguesa de História. A Sociedade Portuguesa de História vai pronunciar-se junto da Assembleia da



Assembleia Municipal

República e a Assembleia da República, com a nossa informação e com a informação da Sociedade Portuguesa de História, vai, no fundo, tomar uma decisão.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, aprovar a proposta de Elevação da Povoação de Pombeiro da Beira à categoria de Vila, nos termos do nº 3 do artigo 8º da Lei nº 24/2024, de 20 de Fevereiro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEXTO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Junho de 2024 e 31 de Agosto de 2024, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Junho e 31 de Agosto de 2024, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/DAGF/236/2024).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SÉTIMO: Para conhecimento** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2024 a 31/08/2024 e do Relatório de Actividades, correspondente ao período de 01/06/2024 a 31/08/2024.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

ENCERRAMENTO



Assembleia Municipal

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram onze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

